

Enfrentando a medicalização no chão da escola: pesquisa, teoria e prática

Facing medicalization on the school floor:
research, theory and practice

*Adriana de Fátima Franco¹
Silvana Calvo Tuleski²
Fernando Wolff Mendonça³*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo expor o percurso desenvolvido desde a gênese, o processo e os resultados de um projeto de pesquisa interinstitucional que surgiu das demandas das secretarias de educação de municípios do Paraná. Destacamos a característica de originalidade da pesquisa devido aos processos que conformaram sua realização, que envolveu, a partir dos fundamentos da psicologia Histórico-Cultural, ações teórico-práticas nos municípios. O trabalho abrangeu diferentes segmentos da organização social dessas cidades, culminando com diferentes produções científicas e de alcance popular, numa demonstração da unidade entre pesquisa-ensino-extensão. Destacamos, na organização, as tomadas de decisão e os estudos coletivos; no aspecto teórico, o aprofundamento nos estudos sobre o desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, pautados na observância contínua de não abstrair seus fundamentos teórico-metodológicos, ou seja, o materialismo histórico e dialético. Trataremos dos princípios teórico-metodológicos estudados,

ABSTRACT

This article aims to expose the path developed since the genesis, process and results of an inter-institutional research project that emerged from the demands of the education secretariats of municipalities in Paraná. We highlight the originality characteristic of the research, which involves, from two foundations of Historical-Cultural, theoretical-practical actions in the municipalities, involving different segments of the social organization of the municipalities involved, culminating with different scientific and popular productions demonstrating the unity of research-teaching-extension. We emphasize decision-making and collective studies in the organization. In the theoretical aspect, the deepening of studies on child development from the perspective of Historical-Cultural Psychology was based on the continuous observance of not abstracting its theoretical-methodological foundations, that is, historical and dialectical materialism. We will deal with the theoretical-methodological principles studied, in the form and content unit, as articulators of all the actions carried out. Finally, we will present the resonances of this project that still exist in the interior of the municipalities, since when a project that spanned eight years is completed, it

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – Paraná – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2727-1367>. E-mail: affranco@uem.br.

² Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – Paraná – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6967-2548>. E-mail: sctuleski@uem.br.

³ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – Paraná – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6193-4793>. E-mail: fwmendonca@uem.br.

na unidade forma e conteúdo, como articuladores de todas as ações realizadas. Por fim, apresentaremos as ressonâncias do projeto ainda existentes no interior dos municípios, uma vez que, quando se conclui um projeto que abarcou oito anos, este se finaliza apenas formalmente, pois seu aspecto “formador” não se encerra, o que nos afirma a importância dos processos educativos e seus resultados que não são imediatamente perceptíveis.

Palavras-chave: Formação de Professores. Medicalização. Desenvolvimento Infantil.

is only formally concluded, but its "forming" aspect does not end, which confirms its importance. of educational processes and their results that are not immediately perceptible.

Keywords: Teacher Training. Medicalization. Child Development.

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo expor a gênese, o processo e os resultados de um projeto de pesquisa interinstitucional que surgiu das demandas das secretarias de educação, inicialmente de dois municípios do Paraná, e foi se ampliando gradativamente. Mais do que um texto descritivo, nosso desafio é demonstrar a relação entre texto e contexto, empregando o método materialista histórico e dialético na exposição, por ter sido este que nos orientou ao longo de toda a pesquisa.

A pesquisa em tela teve seu início formal após a aprovação pelo Comitê de Ética institucional da UEM em maio de 2013. Esta fase inicial, ou Fase I, da pesquisa foi concluída em maio de 2017. Nesse mesmo ano iniciamos a Fase II, que se encerrou em 2020, portanto em meio à pandemia de covid-19 no Brasil. Enfatizamos o aspecto formal, porque, de fato, a pesquisa iniciou-se antes, com a solicitação das secretarias de Educação de dois municípios. Psicólogos/as e pedagogos/as ligados/as a essas secretarias municipais procuraram aos autores com uma preocupação relacionada à quantidade de crianças medicadas com psicotrópicos na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Após algumas reuniões fomos delineando o que se tornou um projeto de pesquisa que abarcou vários municípios do Paraná, como detalharemos mais adiante.

Destacamos a característica que a pesquisa foi tomando, pelo próprio caráter de organização coletiva. Ela fugiu aos padrões normalmente descritos nos manuais

de pesquisa, pois envolveu coleta e análise de dados quantitativos, estudos teóricos com integrantes das secretarias e ações teórico-práticas nos dos diversos municípios participantes. O trabalho envolveu diretores de escolas, professores e secretarias municipais de saúde, educação e assistência social, que desenvolveram ações conjuntas. A socialização dos resultados também ocorreu por diversas vias, desde aquelas voltadas à comunidade científica e também as dirigidas à comunidade em geral, demonstrando a unidade entre pesquisa-ensino-extensão. Duas características marcantes no que tange à organização foram as tomadas de decisão e os estudos coletivos. No aspecto teórico destacamos o aprofundamento nos estudos sobre o desenvolvimento infantil na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, pautados na observância contínua de não abstrair seus fundamentos teórico-metodológicos, ou seja, o materialismo histórico e dialético.

Organizaremos nossa apresentação expondo com mais detalhes a gênese, o processo e os resultados desde a Fase I até a Fase II da pesquisa. Em seguida, trataremos dos princípios teórico-metodológicos estudados, na unidade forma e conteúdo, como articuladores de todas as ações realizadas. Por fim, apresentaremos as ressonâncias deste projeto ainda observadas no interior dos municípios, uma vez que, quando se conclui um projeto que abarcou oito anos, este se finaliza apenas formalmente, pois seu aspecto “formador” não se encerra. Tal fato confirma a importância dos processos educativos e seus resultados que nem sempre são imediatamente perceptíveis.

2 Uma pesquisa que não cabe em gavetas: sobre a necessidade de articular as várias dimensões da prática social

Como exposto, nosso intuito não é uma mera descrição da pesquisa. Ao contrário, queremos demonstrar que a atividade de produzir conhecimento científico tem uma finalidade social. Dito de outra forma, é na realidade social que se encontram os problemas a serem investigados pelos pesquisadores. Por meio da análise e síntese teórica, eles buscam a explicação dos fenômenos não apenas para mera constatação de sua existência, mas para compreender suas múltiplas determinações, de modo a poder intervir, seja no âmbito das ciências da

natureza, seja no âmbito das ciências humanas e sociais. O conhecimento científico que se produz deve operar este retorno à prática social, do contrário torna-se “letra morta”, conforme Saviani (2011).

Esta concepção materialista histórica e dialética da relação entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido não é uma mera abstração, mas implica na objetivação da atividade humana naquilo que nos diferencia das demais espécies animais: o ato de antecipar as nossas ações tendo em vista um fim consciente. Tal atividade é individual e coletiva ao mesmo tempo. Individual porque cada pesquisador ou participante realiza determinadas ações em específico tendo em vista um objetivo ou investigação delimitados. Porém, cada uma das ações se articula a objetivos mais amplos, coletivos, colocados pelo conjunto dos participantes (IANNI, 2011; NETTO, 2011; SANFELICE, 2008; TONET, 2013).

Foi assim que desenvolvemos a pesquisa intitulada “Retrato da medicalização da infância no Estado do Paraná” (Fase I e II). Sua gênese se deu na busca por respostas por parte das secretarias de educação dos dois municípios, cujos integrantes, pedagogas/os e psicólogas/os, procuraram pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá para relatar um problema com o qual se deparavam cotidianamente nos Centros de Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental: o crescente número de crianças diagnosticadas e medicadas com psicotrópicos. As equipes recebiam as queixas e estranhamentos das professoras em relação a tal fenômeno e não sabiam dizer se esse número era ou não preocupante. Do mesmo modo, não tinham certeza se essas crianças de fato necessitavam de tais medicamentos para poderem aprender ou se comportar melhor nas salas de aula.

Após esse primeiro contato, foram quatro reuniões para definirmos que as respostas deveriam partir de um levantamento de dados sobre o número de crianças medicadas, quais os diagnósticos, que especialidades médicas estavam diagnosticando, quais os medicamentos e dosagens prescritas, se havia algum outro trabalho de apoio às crianças ou somente a prescrição de medicamento, dentre outras questões. Juntamente com as equipes, o questionário de coleta de dados foi elaborado, visando responder à primeira

indagação: o número de crianças diagnosticadas e medicadas era preocupante ou não? Desta primeira indagação, era necessário avançar para um levantamento de dados em outras regiões e para o que versava a bibliografia nacional e internacional sobre este fenômeno.

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética institucional da UEM (CAE 06875112.0.0000.0104), foi iniciado o levantamento nos dois municípios que abrigariam a pesquisa, mediante o treinamento nas escolas sobre como orientar e tirar dúvidas dos pais a respeito do questionário, que seria preenchido no ato da matrícula das crianças. Todo este trabalho foi acompanhado e realizado pelas equipes das secretarias juntamente com os pesquisadores, do mesmo modo que a inserção dos dados no programa Business Intelligence – BI⁴ que permitiu a análise e cruzamento dos dados. Fazíamos reuniões constantes tanto para a organização da coleta quanto para estudos, outra necessidade demandada pelo grupo. A partir dessas reuniões e dos contatos existentes entre pedagogas/os e psicólogas/os dos municípios da região, integrantes de secretarias de outros municípios nos procuraram buscando a participação no projeto, pelas mesmas preocupações. A cada ano de organização e coleta, de reuniões e de estudos, novos municípios foram integrando o projeto, somando ao todo onze. Destes, em nove a coleta foi realizada por censo (Maringá, Paiçandu, Campo Mourão, Rio Bom, Mandaguari, Cambé, Cascavel, Ponta Grossa, Cianorte) e em dois, por amostragem (Londrina e Rolândia). A escolha da amostragem como metodologia de coleta nos dois municípios decorreu das condições de trabalho nas secretarias, que poderiam dificultar a coleta por meio de censo. Para esse processo foram randomizadas escolas para as coletas, de forma a garantir uma amostra confiável.

Por demanda das secretarias e porque entendíamos que os dados quantitativos em si mesmos não nos diziam nada, precisávamos cada vez mais nos aprofundar nas múltiplas determinações sobre os fenômenos da medicalização da infância. Os dados obtidos no segmento da Educação Infantil, que atende crianças de zero a cinco anos, apresentaram uma variação de 0,99% a

⁴ Software que auxilia na organização e análise dos dados.

1,94% de alunos medicados com psicotrópicos, cujos percentuais por municípios encontrados foram: Cambé (1,86%), Campo Mourão (1,07%), Cascavel (1,15%), Cianorte (0,82%), Mandaguari (0,99%), Maringá (1,43%), Paiçandu (1,94%), Ponta Grossa (1,2 %) e Rio Bom (4,4%), conforme discutido em Eidt, Tuleski, Franco, Mendonça, Ferracioli e Bonadio (2020) e Mendonça, Scherrer, Coelho, Tuleski, Franco, Ferracioli e Pereira (2019).

Em relação aos dados referentes ao Ensino Fundamental nos nove municípios cuja coleta foi por censo, obtivemos uma variação de 4 a 7% de crianças medicadas com psicotrópicos nesta faixa etária, assim distribuídas: Cambé (5,21%), Campo Mourão (6,5%), Cascavel (4%), Cianorte (4,68%), Mandaguari (5,78%), Maringá (7,01%), Paiçandu (5,35%), Ponta Grossa (4,14%) e Rio Bom (5,66%), conforme discutido por Tuleski, Franco, Mendonça, Ferracioli e Eidt (2019).

Os dados mostravam determinadas regularidades, independentemente das características dos municípios, se de grande ou pequeno porte, com maior ou menor rede de saúde e assistência social, ou mesmo se de maior ou menor densidade demográfica, nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB ou Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁵. A cada coleta e cruzamento, procurando capturar ainda quantitativamente qual diagnóstico predominava e qual medicação era mais prescrita, um dado se repetia: o diagnóstico predominante era de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). No entanto, o medicamento mais prescrito se alterava na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. No primeiro segmento predominava a Risperidona como maior prescrição para TDAH e no segundo, o Metilfenidato, também para TDAH. Além disso, havia um amplo espectro de outros diagnósticos, em índices menores, tais como: depressão, transtorno bipolar, ansiedade, transtorno do espectro autista, dentre outros.

⁵ Os índices citados, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, são indicadores de avaliação do impacto das políticas públicas de educação e desenvolvimento social sobre os municípios brasileiros. Sobre o resultado desses índices são definidos os critérios de prioridades de recursos técnicos e financeiros para a melhoria de seus resultados. (fonte: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>)

Outro dado que nos chamou a atenção foi que muitas crianças estavam sendo medicadas com dois e até cinco medicamentos psicotrópicos combinados simultaneamente, sendo que era necessário que investigássemos as possíveis interações adversas de tais combinações. Esta questão foi objeto de estudo de Tabuti (2018). A autora se propôs a quantificar o número de crianças matriculadas na primeira fase do Ensino Fundamental de um município de médio porte do interior do Paraná que faziam uso de dois ou mais medicamentos controlados. Os resultados apontaram que 87 crianças faziam uso de dois ou mais medicamentos controlados em associação. Entre as crianças que faziam a terapia polifarmacológica, 79 utilizavam associação de 2 medicamentos, 6 crianças faziam uso da associação de 3 medicamentos e 2 crianças tomavam 5 medicamentos associados. Foram identificadas as classes terapêuticas dos medicamentos prescritos em associação para as crianças da primeira fase do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino do município pesquisado. Dentre eles estão os anticonvulsivantes, antipsicóticos, estimulantes, ansiolíticos e os antidepressivos.

Conforme esses dados se repetiam, a necessidade de compreendermos melhor os efeitos colaterais e regulamentações para as prescrições desses medicamentos em crianças tornou-se imperativa para o grupo. Convidamos pesquisadoras da área farmacêutica para integrar o projeto, que prontamente se interessaram, visto que tinham as mesmas preocupações. Os estudos realizados nas reuniões da pesquisa versavam sobre a história e o desenvolvimento do TDAH, os efeitos colaterais dos medicamentos prescritos para este transtorno e uso *off-label* (fora da bula), além do desenvolvimento infantil com enfoque para o desenvolvimento da atenção voluntária e controle voluntário do comportamento, apontados na literatura médica como sintomas do transtorno mais diagnosticado nos municípios participantes. Participavam dessas reuniões integrantes das secretarias dos municípios envolvidos, professores pesquisadores das universidades envolvidas (Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Universidade

estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE), estudantes de graduação e pós-graduação. Destacamos que, conforme o número de municípios foi se ampliando, outras universidades e pesquisadores passaram a fazer parte do projeto, tornando-se uma investigação multicêntrica. O debate realizado entre os integrantes da pesquisa e as redes de educação e saúde dos diversos municípios proporcionou um acúmulo significativo de conhecimento, integrando várias áreas, como Medicina, Farmácia, Psicologia e Pedagogia. Esse conhecimento foi sistematizado no livro “O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento”, organizado por Tuleski e Franco (2019).

Os estudos realizados ao longo desses oito anos do projeto subsidiaram sete fóruns de discussão sobre a medicalização da infância e TDAH, que contaram, em alguns municípios, com a participação de gestores das escolas e profissionais das redes de saúde e assistência social, bem como a comunidade externa. Após a coleta e sistematização dos dados em cada município, reuniões e debates para a devolução dos dados eram realizadas pela equipe do projeto. Ao mesmo tempo, ações internas às redes eram desenvolvidas pelos participantes do projeto que as integravam. Desses estudos coletivos resultaram aprofundamentos em pesquisas distintas em dissertações de mestrado (COLAÇO, 2016; LUCENA, 2016; TABUTI, 2018; VIEIRA, 2019; NIERO, 2017) e teses de doutorado (FERRACIOLI, 2018; SCHERER, 2019). O resultado dessas pesquisas foi socializado no grupo e com os integrantes das secretarias, subsidiando estudos e ações nas redes. Além disso, foram produzidos artigos científicos (EIDT, TULESKI e FRANCO, 2014; SANTOS, TULESKI e FRANCO, 2016; TULESKI, FRANCO, MENDONÇA, FERRACIOLI e EIDT, 2019; FRANCO, MENDONÇA e TULESKI, 2020; ABRANTES e EIDT, 2019) capítulos de livros (EIDT, TULESKI, FRANCO, MENDONÇA, FERRACIOLI e BONADIO, 2020; FERRACIOLI, 2020; SANTOS, MACHADO, FORNAZARO, BELTRAME, SILVA, TEIXEIRA, PENTEADO e FRANCO, 2020; FERRACIOLI, CASTRO, RIBEIRO, JENSEN, GUILOUSKI e NASCIMENTO, 2020; FRANCO, ALVES e MENDONÇA, 2019; TULESKI, FRANCO, MENDONÇA, PEREIRA, EIDT e FERRACIOLI, 2019; TULESKI e FRANCO, 2019a; PASQUALINI e EIDT, 2019)

e organizadas coletâneas debatendo o tema como Tuleski e Franco (2019b) e Tuleski, Franco e Mendonça (2021). O objetivo desses trabalhos foi o retorno do conhecimento produzido para a comunidade científica, como forma de embasar a formação inicial e continuada de professores e profissionais da área de saúde.

Infelizmente a pandemia de covid-19 impediu que o projeto se encerrasse como imaginávamos, com a organização de um evento para a discussão sobre o tema, integrando os vários municípios e toda a comunidade. Em virtude da pandemia tivemos que suspender as atividades presenciais, como as reuniões, porém demos continuidade à proposta que havíamos iniciado de elaboração de uma cartilha para a formação de professores e a orientação de pais sobre a medicalização da infância. Esse material teve a participação de acadêmicos de graduação e pós-graduação, pesquisadores e integrantes das secretarias de educação, tendo sido publicado neste ano de 2021 sob o título “Orientações para pais e professores sobre a medicalização da infância: desenvolver para não medicar” (TULESKI, FRANCO e MENDONÇA, 2021), e está circulando como E-book gratuito, promovendo discussões sobre desenvolvimento infantil e medicalização da infância.

Esse percurso realizado pelo projeto evidencia a integração entre ensino-pesquisa-extensão, finalidade por excelência das universidades públicas. Demonstra a importância de que o conhecimento científico que se produz não fique apartado da comunidade, principalmente da classe trabalhadora. Desafia a pensarmos meios e mecanismos efetivos de aproximação não meramente propagandística, mas efetivamente formativa para com a comunidade em geral. Esse projeto se mostra uma resposta possível à principal pergunta que deve nos nortear enquanto pesquisadores: como o conhecimento científico que produzimos pode ajudar a compreender a realidade social e, principalmente, a enfrentar os problemas que nos assolam desde o nosso cotidiano? Mas não qualquer conhecimento científico, como aquele que se intitula “neutro”, e sim aquele que sirva aos interesses da classe trabalhadora, que atenda às suas necessidades, que caminhe e some na direção da humanização contra a barbarização da vida.

3 Fundamentos teóricos são alicerces da prática: como a compreensão histórico-cultural do desenvolvimento permite o enfrentamento da medicalização da infância

A partir das necessidades levantadas, foram realizados, pelos membros do projeto de pesquisa já mencionado, estudos pautados na Psicologia Histórico-Cultural. Que apoio esse referencial teórico oferece para pensar a realidade? É possível encontrar nesse referencial explicitações acerca do desenvolvimento do psiquismo que nos permitem analisar os dados para além da aparência do fenômeno e avançar na compreensão de suas múltiplas relações. A compreensão acerca dos princípios teórico-metodológicos nos auxiliou a pensar algumas determinantes e a formular a defesa de algumas teses expostas em diversas publicações realizadas pelo grupo e que apresentaremos na sequência.

A primeira tese (VYGOTSKI, 2000; 2001) é que o desenvolvimento humano não é derivado unicamente da maturação biológica. Caracteriza-se como um desenvolvimento socialmente condicionado (EIDT, TULESKI e FRANCO, 2014; TULESKI e FRANCO, 2019b; TULESKI, FRANCO, MENDONÇA, FERRACIOLI e EIDT, 2019; ABRANTES e EIDT, 2019; FRANCO, ALVES e MENDONÇA, 2019; LUCENA, 2019; VIEIRA e TULESKI, 2019). Para compreender o desenvolvimento psíquico infantil, partimos do pressuposto de que as funções psíquicas mais complexas (superiores) seguem a lei da internalização formulada por Vigotski obras aqui, isto é, inicialmente são compartilhadas entre as pessoas, entre adultos e criança, sendo, portanto, intersíquicas, e somente após o processo de apropriação tornam-se intrapsíquicas. Por outra lógica, quando concebemos o desenvolvimento psíquico infantil como natural, eminentemente biológico, ou seja, quando não compreendemos a criança como um “ser social” desde seu nascimento, há espaço para a patologização e conseqüente medicalização de qualquer alteração que se apresente em seu desenvolvimento, tomando-a como de ordem individual/biológica. Ressaltamos que a atenção voluntária e a autorregulação do comportamento – comportamento não impulsivo, mas mediado pelo pensamento verbal – integram as funções psíquicas superiores, resultantes de um processo compartilhado socialmente.

A segunda tese apresentada em nossos estudos aponta que as Funções Psicológicas Superiores – dentre elas a atenção voluntária e o controle voluntário do comportamento, que, quando não desenvolvidos, são tomadas como “sintomas” do TDAH – são produto da interação prático-verbal com os adultos, ou seja, derivam de processos educativos extra e intraescolares bem organizados. Ao realizar essa discussão Ferracioli (2018, 2019) afirma que na escola o desenvolvimento da atenção voluntária ocorre na e pela atividade do aluno, mediante tarefas de ensino planejadas e executadas pelo professor, objetivando o processo de internalização de signos pelo estudante. Os signos passam a mediar internamente sua atenção, tornando-a crescentemente autocontrolada por motivos ligados ao estudo. Ferracioli (2018, 2019) explica ainda que, com o progressivo autocontrole da atenção, o estudante renuncia à necessidade de que alguém lhe auxilie a dirigir a sua atenção, porque é capaz de ignorar quase todos os estímulos atrativos internos e externos visando concluir a tarefa proposta. Nessa direção, o estudo do processo de desenvolvimento cultural da atenção voluntária permite compreender que, mesmo em condições adequadas de ensino, as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental ainda não atingiram esse nível de desenvolvimento atencional (TULESKI, FRANCO, MENDONÇA, FERRACIOLI e EIDT, 2019; TULESKI e FRANCO, 2019a).

Passando à terceira tese defendida pelo coletivo de autores que participaram do projeto, afirmamos, respaldados pelos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, que as Funções Psíquicas Superiores não podem ser tratadas em separado, uma vez que estão articuladas em sistemas interfuncionais que se modificam ao longo da vida por meio da atividade, que liga a criança ao mundo social. Ao analisar as contribuições de Vygotsky (2000; 2001), Luria (1986) e Leontiev (1978), para o entendimento do desenvolvimento psiquismo como unidade material/ideal Niero e Franco (2019) destacam a compreensão dos autores apresentando-o enquanto um sistema interfuncional, processual construído a partir da materialidade. As funções tipicamente humanas – sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento, imaginação, emoção e sentimento – são construídas na atividade e a partir de

mediações. Esse sistema se constitui enquanto um amálgama, sendo assim nenhuma função pode ser tomada para análise isoladamente.

A necessidade de organizar as atividades de ensino em conformidade com as atividades dominantes (guias) contribuem significativamente para a formação dos processos mais complexos de atenção. Essa é outra tese derivada de todo o processo de pesquisa. Os conceitos de atividades guia (Leontiev, 1978) e de organização da atividade de ensino (Davidov, 1988), fundada na Teoria Histórico-cultural, corroboram de maneira enfática a tese trazida por Vigotski (1998) de que “o ensino adequadamente organizado promove desenvolvimento psíquico” e devolvem ao papel do ensino as possibilidades de formação psíquica e, ao professor, o trabalho de produzir humanidade nos seus alunos. Tais estudos permitiram aos participantes consolidar caminhos que levem a uma formação docente qualificada, aprimorar os processos de planejamento da ação didática e acompanhar adequadamente o desenvolvimento psíquico dos alunos, trabalhos em desenvolvimento em novas pesquisas, ainda que operando por meio das contradições existentes no interior da educação burguesa.

E por último, mas não menos importante, destacamos que medicamentos psicotrópicos e anfetaminas – Risperidona em crianças da Educação Infantil e Metilfenidato em crianças do Ensino Fundamental – ao invés de produzirem desenvolvimento, alteram o funcionamento do sistema nervoso central (SNC). Se antes do seu uso não havia alteração, passará a existir depois, o que pode tornar as crianças dependentes destes ou de outros medicamentos ao longo da vida. A defesa dessa tese está respaldada nos estudos de Campos e Sant’ana (2019), Tabuti (2018), Sanches, Zoia, Matos e Coelho (2019) e Colaço (2019). Quanto à Risperidona, da classe dos antipsicóticos, as autoras afirmam se tratar de substância que possui a função de modificar os processos mentais, determinando dependência física ou psíquica, cuja prescrição para TDAH insere-se no uso *off-label* (fora da bula) do medicamento, o que se torna ainda mais preocupante por seu uso em crianças pequenas, da Educação Infantil. Acerca do Metilfenidato as mesmas autoras apontam que esse medicamento atua diretamente no SNC e seu mecanismo de ação, assim como de outros

estimulantes (inclusive a cocaína), utiliza alterações sinápticas dopaminérgicas, o que leva à afirmação por grupos de pesquisadores de que existe um risco potencial do uso prolongado desse fármaco provocar dependência.

4 Considerando as ressonâncias a título de conclusão

A reflexão produzida no percurso do trabalho sobre a medicalização da infância faz a indicação de caminhos seguros para o chão da escola. Promover um ensino desenvolvente, pautado na compreensão de que nosso psiquismo se reestrutura na medida em que nos apropriamos de experiências sociais significativas, orientou e orienta possibilidades no enfrentamento do complexo ato educativo em meio à escola que temos, mas rumo à escola que queremos.

Ao longo dos anos de 2020 e 2021, o evento da pandemia de covid-19 atingiu a escola de maneira significativa. Passado o período de recesso sanitário das atividades escolares, as escolas vêm gradualmente acolhendo seus alunos e buscando acompanhar os impactos da ausência do trabalho educativo sistematizado presencial nas salas de aula. Muitas crianças sentiram diretamente a ausência de um acompanhamento educativo efetivo, ou seja, foram cuidadas no âmbito doméstico em condições que se distanciam, e muito, daquilo que chamamos atividade de ensino.

O lançamento do material educativo “Orientação a pais e professores sobre a medicalização da infância” (TULESKI, FRANCO e MENDONÇA, 2021), em junho de 2021, recuperou questões que já estavam sendo trabalhadas e estudadas, reacendeu dúvidas sobre o desenvolvimento psíquico na infância. O que os dados apontavam para o uso de medicamentos psicoativos, como forma de controle de comportamento da criança, ativa em seu desenvolvimento, tornou a preocupar as redes de ensino. O enfrentamento da problemática medicalizante indica que o legado desse trabalho permanece ativo e pulsante. Perguntas e queixas como: “Meu aluno desaprendeu?”; “não consigo fazer com que fiquem quietos”; “só quer saber de televisão e celular” são exemplos do pedido de ajuda.

As secretarias de educação solicitaram apoio ao grupo de trabalho do projeto que se tornou referência, no sentido de retomar as discussões com docentes e pais sobre o material publicado. Nessas discussões retoma-se a questão do

desenvolvimento infantil, a avaliação do desenvolvimento, a necessidade de repensar os caminhos da problematização das queixas escolares de modo a pensar o/a estudante de modo concreto, como síntese de múltiplas determinações. Esta frase tão repetida e poucas vezes compreendida significa que não podemos abstrair a criança, e também nós professores e professoras, do contexto sociocultural em que estamos inseridos/as. Na atualidade este contexto traz o agravo da crise econômica somado às crises sanitária e política, com desdobramentos no âmbito da saúde física e mental, cujas ressonâncias vão aparecer neste retorno gradativo à escola, no contato mais próximo e não virtual com colegas e professores/as. Considerando esta complexidade, ouvindo e acolhendo as demandas, diversos eventos remotos foram produzidos para atendê-las.

No campo institucional, parte dos pesquisadores integrou-se ao trabalho de extensão, coordenado pela Dra. Alessandra Wihby Fernandes, atuante junto à CAE-UEM – Coordenadoria de Apoio ao Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Especial, vinculado à PEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, intitulado Grupo Multidisciplinar de Assessoria às Secretarias de Educação dos Municípios (317/2021 PEC – CAE). Este grupo constituiu-se em 2020 objetivando atuar na formação docente e na organização do ensino, visando estruturar ações que atendessem às demandas de diversos municípios do Paraná, desde o ano passado, com a institucionalização do Ensino Remoto Emergencial, e agora, em 2021, dando suporte teórico-metodológico às atividades de ensino na retomada das aulas de modo híbrido e/ou presencial.

Os trabalhos referentes às teses postuladas nesse texto continuam a ser produzidos prioritariamente na Educação Especial, Educação Infantil e no ciclo inicial do Ensino Fundamental. As demandas atuais fazem referência ao desenvolvimento das atividades dominantes/guias das crianças que integram a Educação Infantil (comunicação emocional direta, objeto manipulatória e jogo simbólico), tendo em vista o impacto do isolamento para o funcionamento psíquico deste segmento do ensino. Verifica-se um incremento da queixa sobre o Transtorno do Espectro Autista, do TDAH e a ênfase na avaliação psicoeducacional. O cerne da questão é problematizar o desenvolvimento

psíquico em condições tão adversas sem incorrer em patologizações, mas colocando em evidência o nível de desenvolvimento real alcançado nas condições concretas vividas por cada uma das crianças, para pensarmos o nível potencial, aquele no qual o ensino poderá efetivamente consolidar novas formações psíquicas, como nos orienta Vigotski (1996, 2018).

No que se refere às séries iniciais do Ensino Fundamental, as demandas estão intimamente relacionadas aos processos escolares de aprendizagem da linguagem escrita, do conhecimento matemático e demais áreas do conhecimento humano. Questões como o tempo da aprendizagem escolar, organização do ensino, resgate dos processos mentais inibidos pela inatividade educativa, associados ao produtivismo de resultado das políticas públicas, a reorganização do apoio à atividade docente, o acolhimento à criança e a centralidade do laudo diagnóstico clínico pressionam os sistemas municipais que buscam compreender o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Tal problemática, embora seja histórica no processo educativo, está acentuada no retorno às aulas presenciais no contexto pandêmico. Enfatizamos que o projeto de pesquisa inicial, que durou oito anos e foi encerrado, desdobrou-se agora em ações extensionistas que buscam dar suporte teórico-metodológico, pensando as demandas escolares no contexto pandêmico e pós-pandêmico pela perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Nesta atividade extensionista junto à CAE, atendemos municípios que integraram o projeto de pesquisa e muitos outros no estado do Paraná, alguns cujos professores hoje iniciam os estudos sobre o desenvolvimento infantil a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

Retomamos, pois, a necessidade de apoiar os municípios com os conhecimentos que lhes possibilitem superar a realidade apresentada no momento, unindo forças com alunos da graduação que atuam como estagiários/as e, também, pós-graduandos/as, como atuantes em formação continuada. A estreita vinculação entre ensino, pesquisa e extensão, tripé fundante da Universidade Pública, permite que as relações entre a problematização da realidade, a produção de conhecimento em pesquisa e a aplicação dele de modo significativo na própria rede de ensino ampliem as possibilidades de

enfrentamento e resistência aos desmontes e à precarização do ensino para os filhos da classe trabalhadora, que, via de regra, sofrem as consequências da produção da medicalização da vida e da infância.

Referências

- ABRANTES, A. A.; EIDT, N. M.. Psicologia histórico-cultural e a atividade dominante como mediação que forma e se transforma: contradições e crises na periodização do desenvolvimento psíquico. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, v. v 3, p. 01-36, 2019.
- CAMPOS, C.B.H.F.; SANT'ANA, D.M.G.. De que é feita a Ritalina e o Concerta? conhecendo o metilfenidato, sua ação, riscos e benefícios. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.
- COLAÇO, L. C.. Medicalização da infância nas pesquisas científicas: o que dizem os estudos na área da Medicina, Educação e Psicologia na Universidade de São Paulo (USP)? In: TULESKI, S.C.; FRANCO, A. F. (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.
- COLAÇO, L. C. *Percorrendo o caminho das concepções de ensino/aprendizagem para a prática do encaminhamento, diagnóstico e medicalização de crianças*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UEM, 2016.
- DAVÍDOV, Vasily. *Problemas do ensino desenvolvimental - a experiência da pesquisa teórica e experimental na psicologia*. Textos publicados na Revista Soviet Education, August/VOL XXX, Nº 8, sob o título "Problems of Developmental Teaching. Tradução de José Carlos Libâneo e Raquel A. M. da Madeira Freitas, 1986.
- EIDT, N.M.; TULESKI, S.C; FRANCO, A.F. Atenção não nasce pronta: o desenvolvimento da atenção voluntária como alternativa à medicalização. *Nuances: estudos sobre Educação*. Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 78-96, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2759/2519>.
- EIDT, N.M.; TULESKI, S. C.; FRANCO, A.F.; MENDONÇA, F.W.; FERRACIOLI, M.U; BONADIO, R.A. A medicalização na educação infantil no estado do paraná: alguns apontamentos a partir da psicologia histórico-cultural. In: FRANCO, Adriana de Fátima; TULESKI, Silvana Calvo; MENDONÇA, Fernando Wolff (Orgs.) *Ser ou não ser na sociedade capitalista: o materialismo histórico-dialético como método da psicologia histórico-cultural e da teoria da determina o social dos processos de saúde e doença*. [recurso digital] /– Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020, p.121-147. Disponível em: <https://www.editoraphillos.com/seroun%C3%A3osernasociedadecapitalista>.

FERRACIOLI, M.U. *Desenvolvimento da atenção voluntária em crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental: determinantes pedagógicos para a educação escolar*. 231 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018.

FERRACIOLI, M.U. Diretrizes histórico-culturais para o estudo da atenção voluntária em contexto escolar. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

FERRACIOLI, M.U. Implicações pedagógicas preliminares acerca do desenvolvimento da atenção voluntária de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. In: FRANCO, Adriana de Fátima; TULESKI, Silvana Calvo; MENDONÇA, Fernando Wolff (Orgs.) *Ser ou não ser na sociedade capitalista: o materialismo histórico-dialético como método da psicologia histórico-cultural e da teoria da determinação social dos processos de saúde e doença*. [recurso digital] – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020, p.87-120. Disponível em: <https://www.editoraphillos.com/seroun%C3%A3osernasociedadecapitalista>.

FERRACIOLI, M.U.; CASTRO, E.C.; RIBEIRO, G.B.; JENSEN, H. C.; GUILOUSKI, P. C. A.; NASCIMENTO, V. J. B F. Panorama da Medicalização de Crianças em Escolas Municipais da Cidade de Ponta Grossa, Paraná. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima; CALVE, Tiago Morales (Org.) *Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: expressões da luta de classes no interior do capitalismo*. Paranavaí: EduFatecie, 2020, p. 394-424. Disponível em: <https://unifatecie.edu.br/edufatecie/index.php/edufatecie/catalog/book/60>.

FRANCO, A.F.; ALVES, A.M.P.; MENDONÇA, F.W. Dos jogos de Papeis à Atividade de Estudo: Educação para o Desenvolvimento. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos*. Eduem: Maringá, 2019. <https://doi.org/10.4025/9788576287674>.

FRANCO, A.F; MENDONÇA, F.W; TULESKI, S.C. Medicalização da infância: avanço ou retrocesso. *Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP*, v. 31, n.esp.1, esp.032020, p.38-59, dez. 2020, ISSN: 2236-0441. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8289>. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v31iesp.1.8289>.

IANNI, Otávio. A construção da categoria. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, número especial, p. 397-416, Abr/2011.

LEONTIEV, A. N. *Desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LURIA, A. R. *Pensamento e Linguagem*: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LUCENA, J. E. E. *O Desenvolvimento da Atenção Voluntária na idade Pré-Escolar a luz da Psicologia Histórico Cultural*: contribuições para processos educativos e práticas pedagógicas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UEM, 2016.

LUCENA, J. E. E. Para além da crítica à medicalização: em busca de práticas educativas voltadas a formação da atenção voluntária na educação infantil. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

MENDONÇA, F. W.; SCHERER, C. A; COELHO, R. T.; TULESKI, S. C.; FRANCO, A.F; FERRACIOLI, M.U; PEREIRA, R.L. O problema da medicalização na faixa etária de 0 a 10 anos: correlação de dados nos municípios de Rio Bom, Ponta Grossa, Cambé e Cascavel. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

NETTO, J. P. Entrevista: Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2011, v. 9, n. 2 [Acessado 12 Julho 2021], pp. 333-340. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000200010>. Epub 27 Set 2011. ISSN 1981-7746.

NIERO, B. C. *O diagnóstico e o uso de medicamento controlado em crianças da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental*: Uma análise de um município do interior do Paraná. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2017.

NIERO, B.C; FRANCO, A.F. O diagnóstico de TDAH e desenvolvimento da atenção: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

PASQUALINI, J. C.; EIDT, N. M. A educação como produção da humanidade na criança: relação entre natureza e cultura no desenvolvimento humano e a tarefa do processo educativo. In: MAGALHÃES, N. M.; EIDT, N. M. (Orgs.). *Apropriações teóricas e suas implicações na educação infantil*. 1aed.: CRV, 2019, v., p. 57-.

SANCHES, A.C.C; ZOIA, E.T.; MATOS, N.S.D.; COELHO, R.T.. O TDAH e a medicalização da aprendizagem: enfrentamentos necessários à formação humana. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

SANFELICE, J.L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (Orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. 2º Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.69-94.

SANTOS, A.C.V.; MACHADO, G.J.M.M.; FORNAZARO, K.; BELTRAME, L.A.; SILVA, P. B.; TEIXEIRA, T. H. S.; PENTEADO, V.O.B.; FRANCO, A.F.. Princípios da Periodização do Desenvolvimento do Psiquismo. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima; CALVE, Tiago Morales (Org.). *Materialismo histórico-dialético e psicologia histórico-cultural: expressões da luta de classes no interior do capitalismo / Paranavaí: EduFatecie, 2020, p. 198-226*. Disponível em: <https://unifatecie.edu.br/edufatecie/index.php/edufatecie/catalog/book/60>.

SANTOS, D.F.M., TULESKI, S.C., FRANCO, A.F.. TDAH e boa avaliação no IDEB: uma correlação possível?. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2016, v. 20, n. 3 [Acessado 18 Outubro 2021], pp. 515-522. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031037>. ISSN 2175-3539. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031037>.

SAVIANI, D.. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina (Org.). *Pedagogia Histórico-Crítica 30 anos*. Coleção memória da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p.197-226.

SCHERER, C. A. *Contribuição da Música para uma Formação Omnilateral de Crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental: Um Estudo a partir da Psicologia Histórico-Cultural*. 313f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2019.

TABUTI, E. K. *A prescrição de associações farmacológicas para crianças do Ensino Fundamental do município de Maringá: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. 108f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2018.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. de F.; MENDONÇA F. W.; FERRACIOLI, M. U.; EIDT, N. M. Tem remédio para a educação? Considerações da psicologia histórico-cultural. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 15, n. 36, p. 154-177, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5863>. Acesso em: 18 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i36.5863>.

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. de F. (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019b.

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. de F. A gênese da atenção voluntária e da autorregulação: contribuições dos estudos de Lísina sobre as formas de comunicação adulto-criança até a idade pré-escolar. In: Caio Morais, Jamile Chstinet (organizadores). *Desenvolvimento infantil e comunicação: psicologia histórico cultural e teoria da atividade*. São Paulo: Memnon, 2019a, p. 96-122. ISBN 978-85-7954-150-6.

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. de F.; MENDONÇA, F.W.; PEREIRA, R. de L.; EIDT, N. M.; FERRACIOLI, M. U. Hiperdiagnóstico de Crianças com TDAH? O que os dados de quatro municípios Paranaenses apontam. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos*. Eduem: Maringá, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/9788576287674>.

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. de F.; MENDONÇA, F.W.; PEREIRA, R. de L.; EIDT, N. M.; FERRACIOLI, M. U., EIDT, N.M. Tem remédio para a educação? considerações da psicologia histórico-cultural. DOSSIÊ TEMÁTICO: A medicalização da educação no Brasil e no Chile: diferentes perspectivas. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 36, p. 154-177, Edição Especial, 2019.

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. de F.; MENDONÇA, F.W. (Orgs.) *Orientações para pais e professores sobre a medicalização da infância: desenvolver para não medicar / vários autores*. Paranavaí: EduFatecie, 2021. Disponível em: <https://unifatecie.edu.br/edufatecie/index.php/edufatecie/catalog/book/62>.

VIEIRA, B. M. B. *Medicando meninos e meninas: uma leitura histórico-cultural das relações de gênero no TDAH na infância*. 207f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2019.

VIEIRA, B. M. B.; TULESKI, S. C.. Pela defesa de uma infância “tarja branca”: a arte cinematográfica e a formação de professores frente à medicalização na infância. In: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (Organizadoras). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas*. Madrid: Visor, 2000. Tomo III.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na Idade Escolar. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N., *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo: Ícone, Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 103-117.

VIGOTSKI, L.S. *Sobre os fundamentos da pedologia*. Tradução Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

VYGOTSKI, L.S. *Psicología Infantil*. Obras Escogidas IV. Madri: Visor, 1996.

Recebido em outubro de 2021.
Aprovado em dezembro de 2021.